

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
29 - 30 de Janeiro de 2008
Adis Abeba - ETIÓPIA

EX.CL/473 (XIV)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS
AFRICANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS
AFRICANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

NOTA INTRODUTÓRIA

1. A 6ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública, sob o tema “Desenvolver a Função Pública e a Capacidade do Estado”, foi acolhida pela República da África do Sul, e teve lugar de 13 a 15 de Outubro de 2008, em Midrand, África do Sul. A Conferência dos Ministros foi precedida de uma Reunião de Peritos dos Estados Membros, de 11 a 12 de Outubro de 2008. Durante o período da 5ª Conferência dos Ministros da Função Pública, tiveram lugar várias reuniões que foram presididas pelo Ministro da Administração e Função Públicas da República da África do Sul.

2. O Ministro de Estado da Função Pública do Quênia foi eleito Presidente da Mesa da 6ª Conferência dos Ministros, a Argélia como 1º Vice-presidente, a Guiné 2º Vice-presidente e Moçambique Relator. O 3º Vice-presidente será eleito após consultas entre os países da região da África Central. A Conferência contou com a participação de 35 Estados Membros e Representantes de Organizações parceiras activas nas questões que dizem respeito ao funcionalismo público. Durante a Conferência, o Ministro apresentou igualmente os primeiros Prémios para a Inovação do sector público, no quadro do programa de atribuição de prémios para Inovações do Sector Público Pan-africano.

Objectivo Central da Conferência

3. A 6ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública serviu para analisar a execução da Declaração da 5ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública, realizada em Adis Abeba, e analisar o Projecto de Carta sobre os Princípios e Valores da Função e Administração Públicas, um documento geral sobre o tema da Conferência e uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento de capacidades do Estado.

4. A Conferência dos Ministros adoptou o relatório e uma declaração da 6ª Conferência dos Ministros. Os Ministros da Função Pública afirmaram, através do relatório e da declaração, a sua vontade de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento de capacidades da função pública, visando o cumprimento e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para demonstrar o seu empenhamento, os Ministros tomaram várias decisões concernentes ao trabalho a ser feito durante o período da 6ª Conferência dos Ministros da Função Pública.

Recomendações da Conferência

5. No âmbito do relatório e da declaração da Conferência adoptados, os Ministros Africanos da Função Pública fizeram as seguintes recomendações:

- a. A Comissão da União Africana e os parceiros deverão trabalhar no sentido de determinar as actividades para o desenvolvimento de capacidades dos Estados africanos através da aprendizagem, da troca de conhecimentos e da avaliação paritária entre os Estados Membros da União Africana;
- b. O Projecto de Carta Africana sobre os Valores e os Princípios da Função e Administração Públicas deve ser apresentado à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, após a sua análise e finalização pelos juristas dos Estado Membros.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**6ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA
13 - 15 DE OUTUBRO DE 2008
MIDRAND, ÁFRICA DO SUL**

RELATÓRIO

RELATÓRIO DA 6ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

INTRODUÇÃO

1. A 6.ª Conferência Pan-Africana dos Ministros da Função Pública teve lugar em Midrand, África do Sul, entre os dias 13 e 15 de Outubro de 2008, tendo contado com a presença dos Estados Membros, representantes de organizações africanas e internacionais e peritos convidados. Os Estados Membros presentes nesta 6.ª Conferência foram os seguintes: África do Sul, Argélia, Botsuana, Burundi, Camarões, Costa do Marfim, Djibouti, Etiópia, Egipto, Eritreia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Gana, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, Ruanda, República Democrática do Congo, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia, e Zimbabué. As organizações representadas foram: a Comissão da União Africana, AAPAM, AMDIN, CAFRAD, COMESA, ECA, NEPAD, UNECA, UMI e várias organizações locais.

CERIMÓNIA DE ABERTURA

2. A Cerimónia de Abertura da 6.ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública foi presidida pela Dr.ª Ellen Kornegay, Directora-Geral Adjunta do Departamento da Função Pública e Administração da República da África do Sul. A Dr.ª Kornegay deu as boas-vindas aos participantes ao seu país e à sessão de abertura.

Alocução de Abertura: **Por Sua Excelência a Senhora Comissária para os Assuntos Políticos, Julia Dolly Joiner, da Comissão da União Africana**

3. A Comissária Joiner deu as boas-vindas aos delegados e indicou que a Conferência era o culminar do trabalho que teve a sua origem na 5.ª Conferência dos Ministros da Função Pública e, também, em todas as Conferências Ministeriais prévias. Recordou ainda o trabalho feito e o empenho demonstrado pelo governo da República da África do Sul. Indicou ainda que se sentia encorajado pelo facto de a África do Sul continuar empenhada em desempenhar um papel de relevo no continente.

4. A Comissária Joiner reconheceu que o trabalho dos Ministros teve como resultado colocar na agenda da União Africana a importância do desenvolvimento de capacidades para a realização dos objectivos estabelecidos no Acto Constitutivo da União Africana e os mandatos estabelecidos de tempos a tempos pelos Chefes do Estado e do Governo por meio das várias conferências da União Africana. A este respeito, a Comissária observou que o trabalho introduzido na 6.ª Conferência faz parte do enorme trabalho em curso iniciado no quadro do programa ministerial. A Comissária realçou em especial o projecto da Carta a ser apresentado na Conferência.

5. Ao reflectir sobre o lema da conferência “Desenvolvimento da Capacidade do Estado na Função Pública e na Administração em África”, a Comissária comentou que se tratava de um longo desafio, pelo que era fundamental que África se apropriasse das iniciativas instituídas. Indicou ainda que o Estado era essencial para o desenvolvimento e que os eventos recentes no sector financeiro mundial sublinhavam a importância e a capacidade do Estado e como agente de desenvolvimento. A Comissária defendeu que os imperativos da construção do Estado são contextualizados quando reflectimos sobre o nível de implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

6. A Comissária Joiner concluiu que o reforço das capacidades do Estado em África, em termos dos serviços públicos e administração, consiste fundamentalmente na construção de capacidades que permitam criar e gerir as nossas intervenções e programas. A este respeito, observou que a estratégia a longo prazo que seria apresentada é essencial para moldar o trabalho futuro dos Ministros.

Discurso Proferido por Sua Excelência o Senhor Ministro Richard Baloyi, Presidente da 5.ª Conferência dos Ministros e Anfitrião, República da África do Sul

7. O Presidente da 5.ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública, Sua Excelência o Senhor Richard Baloyi, apresentou as suas calorosas boas vindas aos delegados da 6.ª Conferência dos Ministros, tendo reiterado o compromisso da África do Sul para com a União Africana e o empenho do governo em continuar a desempenhar um papel positivo a nível internacional e através da participação em iniciativas continentais. Este empenho, afirmou, está reflectido, entre outras, nas recentes declarações do Presidente da África do Sul e nas resoluções do partido dirigente na África do Sul.

8. Ao expor os parâmetros gerais das áreas de trabalho na Declaração de Adis Abeba, o Presidente reconheceu com apreço o trabalho realizado pela sua antecessora, Sua Excelência, a Senhora Ministra da Função Pública e Administração, Geraldine Fraser-Moleketi, que dirigiu as 4.ª e 5.ª Conferências dos Ministros. Comentou que a Conferência iria proporcionar uma boa base para reflexão sobre o progresso que tem sido feito desde a adopção da declaração de Adis Abeba.

9. O Presidente concluiu a sua alocução com uma citação de Ben Okri, “a nossa mais autêntica característica é a nossa capacidade de criar, superar, suportar, transformar, amar e de sermos maiores do que o nosso sofrimento”. Mais uma vez deu as boas-vindas aos participantes à África do Sul e desejou-lhe bom trabalho durante a conferência.

ELEIÇÃO DA MESA DA CONFERÊNCIA

10. Sua Excelência a Senhora Comissária para os Assuntos Políticos, Julia Dolly Joiner, da Comissão da União Africana, deu início ao processo de eleição com a indicação de que deveriam ser feitas consultas no seio dos agrupamentos regionais sobre a composição e a eleição da Mesa da 6.ª Conferência dos Ministros Africanos da

Função Pública. Após as consultas, os seguintes países foram eleitos membros da mesa:

Presidente:	Quênia
1.º Vice-Presidente:	Argélia
2.º Vice-Presidente:	Guiné
3.º Vice-Presidente:	Região Central (a ser decidida após consultas)
Relator	Moçambique

11. O Presidente da 6.^a Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública, Sua Excelência, o Senhor Ministro Dalmas Otieno Anyango, Ministro do Estado para a Função Pública da República do Quênia, agradeceu à conferência pela eleição do Quênia como Presidente da 6.^a Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública. Agradeceu também à mesa cessante pelos alicerces criados e à África do Sul por ter acolhido a reunião.

12. Perante a Conferência dos Ministros, o Presidente assumiu o compromisso de que o Quênia irá trabalhar no sentido de construir as necessárias sinergias para o programa e trabalharia com os parceiros no sentido de promover a agenda da Conferência. Indicou ainda que a institucionalização dos Prêmios para a Função Pública em África proporcionará um modelo e um incentivo inspirador de mudança em todos os serviços públicos africanos. O Presidente concluiu com uma breve apresentação geral da experiência nos serviços públicos no Quênia.

ADOÇÃO DA AGENDA

13. A agenda da Conferência foi submetida à consideração da Conferência, tendo sido aprovada por esta. Na ausência de quaisquer assuntos adicionais e de quaisquer alterações, a agenda foi aceite pela 6.^a Conferência de Ministros Africanos da Função Pública.

RELATÓRIOS APRESENTADOS À CONFERÊNCIA

14. O Presidente da Conferência, Sua Excelência o Senhor Ministro Dalmas Otieno Anyango, deu as boas-vindas aos delegados na sessão e mencionou que a Conferência irá receber e examinar os relatórios do Presidente cessante da Conferência de Ministros e o relatório dos Peritos dos Estados Membros.

Relatório do Presidente da 5.^a Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública

15. O relatório do Presidente da 5.^a Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública foi apresentado por Sua Excelência o Senhor Richard Boloyi, Ministro da Função Pública e Administração da República da África do Sul. Conforme apresentado à Conferência, o relatório destacou as acções e actividades levadas a cabo desde a 5.^a Conferência Pan-Africana de Ministros realizada em Dezembro de 2005 em Adis Abeba,

na Etiópia. A Declaração de Adis Abeba serviu para instituir o mandato da Mesa da 5ª Conferência Pan-Africana de Ministros.

16. O relatório do Presidente centrou-se principalmente nas acções tomadas em resposta ao mandato da Declaração de Adis Abeba e subsequentes resultados. Também apresentou o contexto geral no âmbito do qual tem evoluído o programa de Governação e Administração Pública. Na sua apresentação, o Presidente mencionou os principais contactos em que esteve envolvido no decurso da implementação do programa. A este respeito, o relatório refere que, no período da 5ª Conferência, se realizaram quatro reuniões Ministeriais, duas reuniões Ministeriais alargadas e uma reunião Ministerial plena.

17. Ao ponderar os aspectos programáticos da Declaração de Adis Abeba, o Presidente destacou os esforços envidados no sentido de firmar parcerias e promover o programa dos Ministros. O relatório, conforme apresentado à Conferência, reflecte um significativo progresso em diversas áreas. Apontando as ilações tiradas, o Presidente observou que a abordagem de instituir Estados Membros como promotores de várias áreas tem produzido resultados nalgumas delas. Em conclusão, referiu que um dos passos mais importantes em direcção ao futuro seria encorajar os Estados Membros a disponibilizarem recursos de forma a assegurar a sustentabilidade futura do programa dos Ministros.

Relatórios dos Promotores Temáticos

18. Na sequência do relatório da 5ª Conferência de Ministros, os Estados Membros Promotores tiveram a oportunidade de reflectir sobre as suas áreas de trabalho. A Vice-Primeira-Ministra da Namíbia descreveu o historial do papel daquele país como promotor do Dia Africano da Função Pública e o sucesso das actividades delineadas, que incluem a realização de um Dia da Função Pública no continente. Nesse contexto, trocaram-se informações sobre as experiências de países diferentes.

19. O papel desempenhado pelas organizações continentais e internacionais relativamente ao Dia da Função Pública foi reconhecido pela Vice-Primeira-Ministra da Namíbia, que se referiu ao contínuo empenho do seu país nesta matéria e à disponibilidade da Tanzânia em acolher as celebrações de 2009. A Namíbia propôs ainda a retenção do tema da conferência para as celebrações de 2009. Os Estados Membros foram também encorajados a conceberem temas que sejam relevantes para os seus países. Em preparação para as celebrações de 2009, a Tanzânia também enviou uma equipa à Namíbia para aprender com a experiência daquele país. Vários Estados Membros partilharam brevemente as suas experiências e exprimiram palavras de apoio para as futuras celebrações do Dia da Função Pública.

20. Foi referido que a Nigéria estava envolvida na área do combate à corrupção e desempenhara um papel activo na Reunião da Mesa sobre o Combate à Corrupção realizada em Abuja, na Nigéria. Podem ser fornecidas informações sobre aquela reunião

pelo perito representante da Nigéria. Mencionou-se que a Nigéria, caso necessário, podia prestar informações adicionais mais tarde, durante a conferência.

Discussão do Relatório do Presidente

21. Felicitando o Quênia por ter assumido a Presidência da 6ª Conferência de Ministros, os Estados Membros também exprimiram o seu reconhecimento pelo importante papel desempenhado pela África do Sul ao longo dos anos. Referiu-se que a questão dos recursos provenientes da União Europeia e da mesa redonda dos doadores, conforme reflectido no relatório, carecia de explicações adicionais. Após alguma reflexão dos Estados Membros sobre as reformas efectuadas, o Presidente cessante foi louvado pela natureza abrangente do relatório apresentado à Conferência. Mencionou-se ainda que seria necessária uma reunião de transferência entre o actual e o último Presidente da Conferência Ministerial.

22. A respeito da formação dos formadores que se realizou no âmbito mais alargado do programa dos Ministros, foi referido que seria fundamental que essa formação fosse ministrada em todas as línguas da União Africana. Era necessário, em particular, que houvesse formação em Francês e Português. Os Estados Membros também precisam de partilhar experiências em várias áreas, devendo reconhecer-se que outros países também podem implementar programas mais alargados.

Relatório da Reunião de Peritos dos Estados Membros

23. A reunião dos Estados Membros realizou-se nos dias 11 e 12 de Outubro, antes da Conferência dos Ministros. O relatório da Reunião de Peritos foi apresentado pelo Relator da Reunião de Peritos, Professor Richard Levin, da África do Sul. Na sua comunicação, o Professor Levin destacou as discussões que se realizaram sobre os três documentos apresentados à Reunião de Peritos, referindo que tinha havido uma recomendação no sentido de os documentos serem considerados pela Conferência de Ministros.

24. O conteúdo do relatório foi registado com apreço pelos Estados Membros. Chegou-se à conclusão de que, uma vez que os documentos serão apresentados durante a Conferência, a discussão de fundo das matérias constantes do relatório terá lugar durante a apresentação daqueles três documentos.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DA FUNÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

25. Durante a apresentação, o Professor Richard Levin apresentou um resumo das fases das mudanças dos Estados Africanos desde o período pós-colonial até ao século XXI e o impacto destas mudanças no desenvolvimento dos países Africanos. Afirmou que a capacidade dos Governos Africanos em termos de prestação de serviços varia grandemente em todo o continente e, mesmo onde houve um melhoramento significativo no desempenho, a capacidade e a competência do estado permanecem fracas a todos

os níveis, particularmente, em relação à capacidade na área técnica e de implementação.

26. O documento apresentado argumenta que durante as últimas duas décadas, o estado, a nível mundial e em África, tem ficado sistematicamente desacreditado a favor do Mercado, que tem sido promovido activamente como um distribuidor de recursos mais eficiente e eficaz. O documento reconhece que o profissionalismo e o envolvimento dos cidadãos não podem ter sucesso sem a legitimidade do estado. As práticas democráticas devem, portanto, ter como base o profissionalismo e o envolvimento dos cidadãos. O documento indicou que os estados capazes são os que são eficientes e eficazes. *Eficiência* tem sido equacionada com a “magreza”, mas os estados magros não têm sido capazes de providenciar alívio real aos desafios chave impostos pela pobreza, pelas deslocações das populações e pela implementação do desenvolvimento sustentável.

27. O Professor Levin sublinhou, também, que a apropriação sem capacidades está condenada ao insucesso e leva à novas formas de domínio externo pelos que têm capacidades e também os seus interesses próprios. A capacidade sem uma direcção estratégica, apoiada por uma planificação abrangente também não poderá gerar o desenvolvimento sustentável. O documento sublinhou a centralidade da participação popular nas questões de governação. O Professor Levin observou, ainda, que a realidade que os países africanos enfrentam exige que haja uma reafirmação com coragem da necessidade de se construírem estados sólidos, capazes e voltados para o desenvolvimento. O Professor Levin concluiu que a Carta da Função Pública Africana preconiza uma base sólida para acção, mas o sucesso exigirá um esforço concertado para se construir, de um modo sustentável, as capacidades do estado.

28. O Professor Levin sublinhou a necessidade de se construírem Estados Africanos capazes, focalizando a construção de Estados voltados para o Desenvolvimento, através do reforço do Desenvolvimento e Prestação de Serviços, Recursos Humanos, Tecnologias de Informação e Comunicação, Desenvolvimento Organizacional e Institucional, Orçamentos, Mobilização Financeira e de Recursos, Monitorização e Avaliação. A fim de se construírem Estados reforçados, capazes e eficientes no continente, há necessidade de se construírem estruturas institucionais adequadas e inseridas socialmente e de se desenvolver mecanismos administrativos flexíveis capazes de implementar, na prática, os valores e princípios democráticos da função pública e administração, orientados para a população, e contemplados na Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Função Pública e Administração.

29. A apresentação terminou com o argumento de que o Estado voltado para o Desenvolvimento não é só possível, ele é indispensável aos países em desenvolvimento. Estados capazes são estados voltados para o desenvolvimento, que são capazes de intervir efectivamente para poderem superar os desafios chave políticos, económicos, ambientais e sociais do século XXI.

Debates sobre o Documento relativo ao Desenvolvimento da Capacidade da Função Pública e Administração Estatal

30. Os Estados Membros louvaram o documento pela investigação adequada, por ser informativo e estimulante. Foi particularmente evidente que o mercado não oferece as soluções às dificuldades que África enfrenta e o Estado tem de desempenhar um papel mais activo. Em particular, os Estados Membros notaram que a actual crise financeira sugere um papel mais activo para o Estado, de modo a poder responder às crises do mercado e às realidades de África.

31. Embora o documento se direcione às realidades que os países Africanos têm de enfrentar, era imperativo que se prestasse atenção ao modo como o Estado Africano poderia ser moldado, a fim de responder às realidades Africanas. As soluções devem ser de acordo com as realidades africanas e a crise económica mundial. Assim, o documento precisa de incluir uma reflexão sobre as razões pelas quais, historicamente, o estado não tem sucesso em África. Estes argumentos são também importantes quando existem sugestões para um papel mais efectivo do Estado, no futuro. Neste contexto, notou-se, igualmente, que há necessidade de um equilíbrio cuidadoso entre o papel do estado e do Mercado. O papel do Mercado não deve ser subestimado.

32. Uma questão fulcral no desenvolvimento do conceito da capacidade do estado voltado para o desenvolvimento é focalizar a atenção no desenvolvimento da auto-estima e na consolidação das actividades relativas ao estado capaz. O processo da capacitação do estado precisa também de sublinhar a importância de organismos profissionais e dos sindicatos. Contudo, notou-se que o documento oferece uma base adequada para o trabalho e envolvimentos futuros.

33. Observou-se que o documento tinha uma orientação conceitual e não oferecia uma indicação clara da direcção que precisa de ser estabelecida para o futuro. Em particular, houve uma percepção de que o documento devia centrar-se à resolução de problemas e devia centrar-se recomendações em vez de explicar os problemas. A resposta dada foi que o documento centrou-se, deliberadamente, na dificuldade global inerente ao conceito e que oferece o fundamento básico para o plano de acção a longo prazo, que seria apresentado no segundo dia da Conferência.

34. Os Estados Membros manifestaram preocupação profunda pela a crise financeira mundial e o seu possível impacto negativo em África. Assim, há necessidade de uma reflexão cuidadosa sobre o papel que o estado pode desempenhar na economia. No âmbito deste processo, sentiu-se que seria importante que fosse desenvolvida uma noção Africana de “ estado capaz” e que um tal conceito precisa de ser fundamentado nas realidades próprias de África, e não nas realidades dos países desenvolvidos. De importância particular, neste contexto, é também um foco no intercâmbio de informações sobre as boas práticas que surgem entre os estados Africanos.

35. Constatou-se que o documento não explica completamente a razão porque o estado não é bem sucedido em África. Como consequência, é difícil imaginar como é que os desafios que o estado Africano tem de enfrentar podem ser superados adequadamente sem um diagnóstico adequado. Constatou-se, igualmente, que o documento não trata da escassez de recursos, o que contribui para o insucesso do estado em África. Constatou-se ainda que o documento não proporciona uma distinção clara entre estados capazes e estados voltados para o desenvolvimento. O documento precisa também de abordar as mudanças de mentalidade que são necessárias na função pública.

36. Ao concluir a discussão extensiva do documento, o Presidente encerrou a sessão afirmando que o documento juntamente com a estratégia formam a base da futura planificação da Conferência dos Ministros.

Informação da Guiné-Bissau

37. O representante da Guiné-Bissau informou a reunião sobre as questões actuais que a Guiné-Bissau está a enfrentar. Constatou-se que existiam dificuldades no contexto da estabilidade do estado e que tinham ocorrido muitas mudanças nos últimos anos. Como a questão estava para além do âmbito da presente discussão, o ***Presidente solicitou que houvesse uma outra discussão sobre a matéria na Região da África Ocidental.***

SEMINÁRIO SOBRE QUESTÕES CHAVE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

38. No âmbito da 6.^a Conferência, foi realizado um seminário sobre as principais questões atinentes aos serviços públicos. Foram feitas três apresentações. A primeira, apresentada pelo Professor Abdullah Sheik do AMDIN, focalizou o desenvolvimento de capacidades por meio do reforço dos Institutos de Desenvolvimento de Gestão em África. A segunda, apresentada por Sua Excelência, o Dr Ahmed Darwish, Ministro do Estado para o Desenvolvimento Administrativo, do Egipto, centrou-se no uso e no valor das tecnologias de informação e comunicação na prestação dos serviços. A terceira, apresentada pela Senhora Florence da Tanzânia, constituiu uma visão geral da reforma salarial.

39. As apresentações foram bem recebidas e a Conferência tomou nota com apreço das questões levantadas. As apresentações deram oportunidade para troca de opiniões adicionais sobre questões relacionadas com o desenvolvimento dos Institutos Africanos de Desenvolvimento de Gestão, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para a prestação de serviços e a questão da Reforma Salarial. O Presidente comentou que seria útil que o AMDIN compilasse e preparasse uma publicação sobre as principais questões que foram discutidas. Um pequeno resumo do seminário está anexado a este relatório.

APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DA CARTA AFRICANA SOBRE OS VALORES E PRINCÍPIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO

40. Sua Excelência o Senhor Djamel Kharachi começou a sua apresentação com um voto de agradecimento ao anfitrião, a África do Sul, por ter acolhido a Conferência e expressou o seu prazer de estar presente nesta 6ª Conferência para apresentar a Carta. Comentou que a Carta emanou de um extenso processo de consultas e de debate pormenorizados com os peritos e representantes dos Estados Membros. Foram organizados vários workshops para debater a Carta, rever e finalizar o seu conteúdo. Os últimos workshops realizados contaram com a presença de juristas de alguns países africanos e da Comissão da União Africana.

41. A última versão da Carta contém sete Capítulos. O primeiro Capítulo inclui as definições, os objectivos e os princípios, e os últimos dois Capítulos contêm o mecanismo de implementação e as disposições finais. O corpo da Carta vai dos Capítulos dois a cinco, que são: 1) Obrigações ligadas ao Serviço Público e à Administração; 2) Normas de Conduta que vinculam os Funcionários Públicos; 3) Garantias e Direitos dos Funcionários Públicos; e 4) Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

42. O Sr. Kharachi declarou que a Carta cria uma nova base para se examinar a forma como a função pública actua e presta os serviços que lhe compete. Realçou, em particular, a relação entre o serviço público e o cidadão. Comentou que a Carta também serve para estabelecer normas e indicadores de referência e deve servir para complementar o trabalho de todos os governos no continente. Afirmou ainda que a Carta tinha sido redigida de uma forma que se ajusta às diferenças que existem no continente.

43. Ao concluir a sua apresentação geral do processo e valor da Carta, o Sr. Kharachi indicou que a mesma complementa o trabalho da União Africana e que poderá ser implementada em paralelo com outras Cartas da União Africana. O conteúdo da Carta e de cada um dos seus 31 Artigos foi de seguida apresentado à Conferência.

Discussão sobre o projecto da Carta

44. O Presidente deu início à discussão indicando que os comentários deveriam ser feitos artigo por artigo. Foi sugerido que o título deveria incluir uma indicação de que o documento é uma revisão do documento de Windhoek. Deveria, também, ser incluído uma disposição que indicasse que a Carta foi adoptada em Windhoek. Sobre a questão da revisão, foi realçado que este aspecto é problemático e não será aceite pelo órgão relevante da União Africana.

45. Observou-se que a versão portuguesa precisava de ser mais trabalhada, o que terá de ser feito ao nível da Comissão da União Africana. Também se referiu que existe um problema com a aplicação dos termos serviços públicos e função pública, tornando-se necessário examinar este problema no âmbito da União Africana. Também surgem

problemas no contexto das definições que precisam de ser resolvidos. Há ainda alguns problemas a nível da formatação. Levantou-se uma preocupação quanto ao uso da palavra **Utente**, cuja definição foi esclarecida na Conferência. A utilização da expressão ‘inclinado para os aspectos cívicos’ (“civic-minded” na versão inglesa) poderá não ser uma tradução correcta da palavra francesa usada. Na ausência de uma palavra específica para substituir aquela expressão, ela seria retida.

46. Foi proposto que o Artigo 3º incluía uma referência à discriminação positiva. A palavra ‘invalidez’ precisa de ser substituída pela palavra ‘deficiência’. Apontou-se que a discriminação positiva surge noutra capítulo da Carta. Propôs-se que o ponto 5 do Artigo 15º incluía a palavra ‘associação’. O Artigo 17º precisa de ser reforçado de forma a garantir que os funcionários públicos recebam uma renumeração razoável na aposentação. Este artigo (17º) precisa de ser mais trabalhado. Também se podem incluir mais pormenores nos regulamentos dos Estados Membros.

47. Os pontos 1 e 2 do Artigo 20º precisam de ser integrados, propondo-se então um novo ponto 2. A informação necessária será fornecida pelo Estado Membro. As inclusões devem dizer respeito ao reforço dos investimentos na formação. É aconselhável que o princípio seja retido sem especificar o montante. O Artigo 23º, entre outros, precisa de ser aumentado de forma a atribuir um maior papel às CER na implementação da Carta. A este respeito, pode trabalhar-se nos pormenores mais tarde, visto que não precisam de ser incluídos na Carta.

48. Ficou decidido que os comentários feitos devem ficar registados e ser apresentados aos Juristas para que estes aperfeiçoem e integrem as alterações sugeridas. A Carta foi adoptada, com alterações, pela 6ª Conferência de Ministros. Os Estados Membros agradeceram à Argélia pela sua liderança no processo de desenvolvimento da Carta. Regista-se que a próxima fase será uma reunião dos Juristas dos Estados Membros para consideração e para aperfeiçoar o documento, que deverá ser apresentado ao Conselho Executivo e à Assembleia para adopção.

APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE ESTRATÉGIA A LONGO PRAZO DO PROGRAMA DE MINISTROS

49. Ao apresentarem a “estratégia” os Peritos do Projecto constataram que a estratégia tem início com o desenvolvimento alargado do Programa dos Ministros e conclui com os pilares essenciais da estratégia e as recomendações específicas para a intervenção. O programa procura garantir uma liderança colectiva e assume a apropriação da governação e administração no continente.

50. No âmbito da estratégia, de acordo com o que foi apresentado pelos Peritos do Projecto, observou-se que os desafios da Função Pública são complexos e não podem ser resolvidos pela imposição de iniciativas de reforma específicas e emprestadas e que havia necessidade de sistemas da função pública flexíveis. Observa-se que a base da estratégia é a carta e seis pilares específicos (Prestação de Serviços e Desenvolvimento, Recursos Humanos, Tecnologias de Informação e Comunicação e Função Pública,

Desenvolvimento Organizacional e Institucional, Orçamento, Finanças e Mobilização de Recursos, Monitorização e Avaliação.

51. A apresentação concluiu com um resumo dos estágios de implementação e recomendações específicas sobre o processo de implementação. A este respeito, defendeu-se que o processo deve começar com a criação de consenso que deve ser seguido de uma estrutura continental para a gestão do conhecimento, seguido, por sua vez, da criação de um plano de trabalho para os seis pilares e do estabelecimento de um fórum consultivo para aprendizagem com os pares.

Discussão sobre o documento de estratégia a longo prazo

52. A Nigéria aproveitou a oportunidade para reagir à estratégia a longo prazo, ao mesmo tempo que fez algumas observações sobre a campanha anti-corrupção na função pública, da qual a Nigéria é defensora. A Nigéria indicou que não tinha qualquer problema em endossar as decisões da reunião do Bureau sobre anti-corrupção, que teve lugar em Abuja, a 13 de Agosto de 2008. Contudo, reconheceu as dificuldades possíveis na implementação do plano de acção do combate à corrupção na função pública. Assim, propôs a revisão da ideia de “defensores” no âmbito do programa dos Ministros. Propôs ainda uma iniciativa para estabelecer os indicadores de referência e compilar dados exactos sobre a corrupção em todos os Estados Membros.

53. Observou-se que o conceito de “Estado capaz” é bastante lato e necessita de mais diálogo para garantir que se encontre um significado no contexto Africano. De particular importância é o desenvolvimento de modelos que sejam mais relevantes a África. Observou-se ainda que havia uma ligação directa entre o documento de definição de conceito e a estratégia a longo prazo. Observou-se que tinha havido muitas tentativas de reforma em África sem sucesso. Estas reformas deviam ser ligadas ao crescimento económico e ao desenvolvimento. A apreciação do processo democrático devia também estar presente na análise e na estratégia.

54. É essencial que haja um elo de ligação entre a estratégia e as realidades da pobreza, do desemprego, do subdesenvolvimento, que afectam muitos países. O Ministro da Função Pública tem um papel muito importante a desempenhar relativamente a este ponto e na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Deve notar-se que existem muitos desafios prementes em África e isso faz com que haja pouco tempo e espaço para as muitas questões cobertas no documento da estratégia.

55. A conferência tomou nota do documento do conceito e da estratégia e concluiu que ambos constituiriam a base para apreciação dos futuros planos do programa dos Ministros.

APRESENTAÇÃO E APRECIACÃO DA DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA

56. Moçambique, na qualidade de Relator, apresentou o Projecto de Declaração, seguido de intervenções. Salientou-se que o Dia da Função Pública Africana não era 22

de Junho de cada ano. A Namíbia lembrou que tinha desistido de apoiar o sub-programa do Dia da Função Pública Africana (APSD), mas ao nível nacional continua comprometido e apoiaria totalmente as celebrações do APSD ao nível continental. O nome da representante da Tanzânia devia ser corrigido para Florida Kazora. O Secretariado tratará de todas as questões editoriais inerentes.

57. A União Africana abordou todas as questões correntes relacionadas com a terminologia na Carta Africana. O Presidente esclareceu que tinha havido um acordo no dia anterior, durante os debates sobre a Carta, o qual a Equipa de Juristas da CUA e o Conselho de Ministros abordaria num momento oportuno. O Presidente propôs uma moção para a adopção da Declaração e do Relatório da Conferência. A Namíbia fez uma proposta coadjuvada pelo Lesotho. A declaração e o relatório foram devidamente adoptados com emendas pertinentes.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Os Representantes dos Estados-membros presentes tiveram oportunidades de fazer observações finais. Os representantes dos Estados-membros agradeceram ao Ministro da Função Pública e Administração da África do Sul, Sr. Richard Baloyi; ao governo e ao povo da República da África do Sul pela hospitalidade e acolhimento calorosos e pelo sucesso da Conferência. Uma moção de agradecimento foi igualmente expressado à Comissão da União Africana por ter proporcionado um quadro conducente à continuação dos trabalhos da reunião dos Ministros da Função Pública. O Presidente da 6ª Conferência Africana foi felicitado pela excelente gestão dos procedimentos da Conferência.

Os Estados-membros esperam trabalhar com o novo Presidente na implementação do Programa Ministerial. Felicitou-se igualmente aos intervenientes pelo excelente trabalho efectuado.

Observações Finais: S.E. Srª Julia Dolly Joiner, Comissária para os Assuntos Políticos da Comissão da União Africana

58. Nas suas observações final, a Comissária Joiner começou por assinalar que as deliberações tinham sido bem sucedidas e reflectiam em geral a adopção do projecto de carta. Realçou que as deliberações serviram para lembrar a todos a importância do esforço de desenvolvimento de capacidades e como estas contribuem para se fazer face às realidades da pobreza, dificuldades económicas e ao processo de realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Felicitou ainda os Estados Membros pelo papel de liderança que estes desempenham na defesa dos vários aspectos do programa Ministerial.

59. A Comissária notou que a ideia de se ter uma estratégia a longo prazo na administração pública é imperiosa. Observou que a estratégia providencia uma base para juntar todas as iniciativas tomadas pelos ministérios num quadro colectivo de aprendizagem e de troca de experiências. Expressou ainda a sua decisão de levar à

atenção dos Chefes de Estado e de Governo os resultados da Conferência Ministerial. A Comissária Joiner, concluiu as suas observações agradecendo a África do Sul por acolher a reunião e expressou o seu apoio à nova Mesa da Conferência Africana dos Ministros da Função Pública, sob a Presidência da República do Quênia.

Discurso de Encerramento: Sua Excelência o Sr. Richard Baloyi, Ministro da Função Pública e Administração e anfitrião da Sexta Conferência dos Ministros da Função Pública, realizada na República da África do Sul

60. Em nome da República da África do Sul, o Ministro exprimiu a sua satisfação pela oportunidade providenciada à África do Sul de presidir a Quarta e Quinta Conferências Pan-Africana dos Ministros da Função Pública e de acolher a 6ª Conferência do Ministros. Afirmou que o sucesso do trabalho efectuado durante estes períodos é atribuído à responsabilidade partilhada por todos os participantes. A julgar pelo nível de empenho e das decisões tomadas, o Senhor Ministro Baloyi afirmou que estava confiante de que os objectivos da conferência seriam alcançados. O que restava era assegurar que os resultados da Conferência sejam implementados.

61. A nível pessoal, o Ministro Baloyi afirmou que a Conferência foi uma importante curva de aprendizagem. Neste sentido, agradeceu a todos que tinham contribuído para que a Conferência fosse um sucesso. Isto, afirmou, foi um verdadeiro reflexo do que se pode denominar de responsabilidade partilhada. Reconheceu que o desafio a enfrentar é garantir que o programa dos Ministros seja levado a cabo de uma forma sustentável, e que esta questão é importante a curto, médio e longo prazos. Instou os Estados Membros a concentrarem-se em formas mais práticas de capacidade organizacional na Comissão da União Africana e Conferência dos Ministros, de modo que o programa tenha êxito.

62. O Ministro acrescentou que, no espírito de responsabilidade partilhada, há necessidade de se prestar atenção à importante questão do financiamento. Isto é importante devido ao facto de o programa dos Ministros não poder ser sustentado através de uma forte dependência do financiamento dos doadores. A limitação em relação aos doadores é que estes frequentemente têm o seu próprio conjunto de prioridades, que podem algumas vezes não colocar o interesse de África em primeiro lugar. Neste sentido, o Ministro instou os Estados Membros a operarem dentro de um colectivo mais alargado das redes e instituições continentais. O Ministro Baloyi garantiu o empenho firme, a grande determinação e boa vontade da Comissão da União Africana e da nova Mesa da África do Sul em apoiar os programas da União Africana.

RESUMO DO SEMINÁRIO SOBRE QUESTÕES CHAVE DA FUNÇÃO PÚBLICA

(Versão não editada)

MELHORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DO SECTOR DA FUNÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DO REFORÇO DOS MDI – PROF. SHEIKH ABDULLAH

1. O Professor Sheik iniciou a sua intervenção com a história e os objectivos das Redes de Institutos de Desenvolvimento da Gestão em África (AMDIN). Continuou com a apresentação dos objectivos das AMDIN, que incluíam o estabelecimento de um ambiente de política favorável aos MDI. Argumentou ainda que o elo orgânico com a Conferência de Ministros tem como base a compreensão comum das dificuldades, em termos de capacidades, em todo o continente.

2. A apresentação prosseguiu com um resumo dos desafios que os países Africanos enfrentam e das dificuldades que serão encontradas na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O Professor Sheikh indicou resumidamente os desafios que os MDI enfrentam e alguns que impedem os esforços para se garantir um elevado nível de desempenho entre os MDI. Entre as mudanças necessárias, de acordo com o Professor Sheik, está a resposta proactiva à mudança e o acompanhamento do impacto da formação. Argumentou ainda que há necessidade de se providenciar os recursos adequados aos MDI. São também necessárias intervenções que garantam a existência de uma ligação orgânica entre os governos e os MDI. Há também necessidade de investimento por parte do governo para o desenvolvimento dos recursos humanos.

Debates sobre a apresentação das AMDIN

3. Em geral, os participantes foram de opinião que a apresentação foi boa e que estabelece o fundamento para a formação. Foi considerado importante que haja uma compreensão mais detalhada das razões por que algumas instituições não têm sucesso e as estratégias que seriam mais adequadas para corrigir os insucessos. É também evidente que há necessidade de se fazerem mais investimentos nos MDI e que devia haver financiamento para investigação, entre outros pontos.

4. A reunião propôs que a questão das necessidades de desenvolvimento de capacidades precisa de ser abordada aos níveis do governo estatal e local. As intervenções em formação devem também ser fundamentadas nas necessidades das comunidades locais e devem, simultaneamente, ser alinhadas com as prioridades nacionais. Sugere-se que há necessidade de consenso, ao nível continental, sobre o desenvolvimento de capacidades. Notou-se que os orçamentos para o desenvolvimento de capacidades têm registado um decréscimo com os anos. Propõe-se que seja desenvolvida uma declaração ao nível da União Africana, por força da qual os Estados Membros devem contribuir para o desenvolvimento de capacidades.

5. Foi manifestada a preocupação por haver muito pouco conhecimento sobre as AMDIN e sobre como as instituições podem fazer parte da rede. Também se tomou nota da questão do VIH e SIDA e do seu impacto nas capacidades do continente. Alguns Estados Membros encorajaram as AMDIN a envolverem-se com as instituições filiadas para desenvolverem programas de formação melhores e com respostas sensíveis. Foi ainda proposto que seja desenvolvido um grupo de trabalho sobre o desenvolvimento de capacidades e que seja convocada uma conferência mundial que incluía parceiros e doadores. Associada à iniciativa esteve a necessidade de desenvolvimento de um mecanismo de monitorização e avaliação.

REFORMA E REVISÃO DE SALÁRIOS

6. Um representante da Tanzânia fez uma apresentação sobre as experiências do país relativas às reformas salariais. As iniciativas de reforma são vistas como um processo a longo prazo, para fins de sustentabilidade. A componente da reforma salarial foi também vista como uma componente integrante do Exercício geral da Reforma da Função Pública. A primeira fase direccionou-se à racionalização do sistema e, a segunda, ao melhoramento abrangente dos salários dos funcionários públicos.

7. Ao analisarmos as experiências referidas, verificam-se resultados reais e que os salários registaram acréscimos, em termos reais, de mais de 80% no ano passado. Foram também introduzidas medidas para melhorar a relação salário-desempenho. Contudo, existem ainda dificuldades que precisam de ser superadas e estas incluem as disparidades salariais entre a função pública e o sector privado.

Debates sobre o documento sobre salários

8. Ao responderem à apresentação feita, vários Estados Membros falaram sobre as suas próprias experiências nesta área e indicaram que também têm de fazer face a vários desafios. Observou-se que alguns países estabeleceram estratégias relativas às reformas salariais e que havia necessidade de intercâmbio de mais informações nesta área. Algumas das questões na apresentação focalizaram os detalhes das estratégias estabelecidas e das dificuldades encontradas na sua implementação.

9. Observou-se que a questão da remuneração dos quadros superiores era de importância particular e que necessitava de mais clarificação e debate. De particular importância foi o rácio dos pagamentos entre os níveis superiores e os níveis mais básicos da função pública. Observou-se que os ajustamentos estruturais tiveram um impacto negativo na função pública. Em muitas situações os salários não mudaram por causa das consequências dos ajustamentos estruturais impostos. Observou-se que as questões são complexas e que exigem intervenções políticas claras.

Utilização e Valor das Tecnologias de Informação e Comunicação para a Prestação de Serviços

10. Sua Excelência o Dr. Ahmed Darwish, Ministro de Estado para o Desenvolvimento Administrativo da República Árabe do Egíto, apresentou uma comunicação sobre 'A utilização e o valor das TIC para a prestação de serviços'. As estratégias das TIC no Egíto estão assentes numa visão de reformas económicas. O Egíto tem-se valido do Governo electrónico (e-Governo) para melhorar os processos governamentais através da redução de custos, e ainda para ligar os cidadãos entre si ao melhorar os serviços públicos. Outras melhorias incluem falar com os cidadãos e desenvolver interacções externas mediante o melhoramento da interacção com as empresas.

11. O objectivo do e-Governo no Egíto consiste em prestar serviços distintos a cidadãos, homens de negócios e investidores. Outro objectivo consiste em proporcionar um ambiente de trabalho conveniente para trabalhadores e cidadãos e ainda fomentar a transparência através da separação entre cidadão e prestador de serviços, assim como melhorar os procedimentos de monitorização e acompanhamento. Em geral, considera-se que as TIC são simplesmente uma ferramenta e não um objectivo em si mesmo.

12. O Governo egípcio tem consciência que o desenvolvimento de um forte sector das TIC é vital para promover a competitividade local no panorama mundial. A visão do e-Governo egípcio diz respeito a uma função pública eficiente, eficaz e expedita, capaz de se ajustar à mudança, gerindo recursos de forma sensata, prestando serviços diferenciados aos cidadãos e com eles inter-agindo constantemente. As principais dificuldades que se colocam ao e-Governo egípcio são a relutância e a desconfiança relativamente à automatização, a inflexibilidade para mudar os fluxos de trabalho, os múltiplos organismos de auditoria, a sobreposição de autoridade entre os órgãos do Governo, a adopção das novas filosofias e práticas da gestão moderna.

13. A comunicação entrou em pormenores sobre os diversos programas que o Governo egípcio tem estabelecido através do seu programa de e-Governo. Esses programas incluem, entre outros, a internet, telefones, prestadores de service e o sistema operativo Windows. A comunicação também se debruçou sobre o planeamento dos recursos para as empresas, a articulação com as bases de dados nacionais e o programa de desenvolvimento organizacional. Em conclusão, o Egíto espera com antecipação começar uma iniciativa colectiva sobre a formulação, implementação e avaliação de programas de e-Governo, projectos de cooperação bilaterais/multilaterais, intercâmbio de experiências e partilha de conhecimentos.

14. O Egíto está pronto a partilhar com os Estados Membros da União Africana o plano de desenvolvimento e implementação das estratégias nacionais e os procedimentos regulamentares e infra-estruturais orientados para os e-Serviços, e-Pagamentos e e-Assinaturas. Outras áreas de competências incluem a implementação de projectos nacionais a nível das TIC e a capacitação do pessoal técnico. As modalidades de colaboração propostas dizem respeito à disponibilização de consultorias, e também à realização de seminários e oficinas para trocar ideias e estabelecer um

diálogo de cooperação. Outras áreas de interesse possível dizem respeito à implementação de sessões de formação para funcionários públicos e quadros técnicos, à partilha das lições aprendidas e às boas práticas, ao intercâmbio de estudos de caso dos projectos já implementados.

Discussão do documento sobre as TIC

15. A Presidência elogiou o Egipto pelo facto de ter alcançado este nível de sofisticação no seu programa de e-Governo. A maioria dos países africanos ainda não atingiu este nível de sofisticação do e-Governo. A comunicação abriu uma janela para o futuro no que diz respeito à prestação de serviços. Alguns países utilizam o e-Governo para exercer controlo sobre as ferramentas de aplicação p[essoal e também para preparar e monitorizar os serviços públicos.

EX.CL/473 (XIV)
Anexo

**DECLARAÇÃO DA SEXTA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA
13 - 15 DE OUTUBRO DE 2008
MIDRAND, ÁFRICA DO SUL**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

**6ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA
13 - 15 DE OUTUBRO DE 2008
MIDRAND, ÁFRICA DO SUL**

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

NÓS Os Ministros Africanos da Função Pública, reunidos no Centro de Conferência de Gallagher Estate em Midrand, África do Sul, na 6ª Conferência realizada de 13 a 15 de Outubro de 2008,

EVOcando as decisões da 5ª Conferência de Ministros, tal como reflectido na Declaração de Adis-Abeba e, em particular, a decisão de apoiar o aperfeiçoamento da Carta da Função Pública Africana nos preparativos para a sua eventual adopção pelo órgão político competente da União Africana (UA);

NOTANDO com preocupação a situação infeliz e incerta da questão do financiamento para a Conferência de Ministros, como consta do registo de actividades para a 5ª Conferência de Ministros;

RECONHECENDO com apreço a eleição do Quénia como Presidente da Mesa da 6ª Conferência de Ministros, a Argélia como 1º vice-presidente, a Guiné como 2º vice-presidente e Moçambique como Relator. (O 3º vice-presidente será eleito após consulta entre países da Região da África Central);

SAUDANDO o apoio em curso das organizações continentais, regionais e internacionais ao Programa de Desenvolvimento de Capacidades em matéria de Governação e Administração Pública no continente;

SAUDANDO IGUALMENTE o compromisso demonstrado pela Comissão da União Africana (CUA) em incorporar o trabalho dos Ministros Africanos da Função Pública como um elemento importante do programa geral da UA.

TENDO DELIBERADO sobre o Relatório do Presidente da 5ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública; o Relatório de Peritos dos Estados-membros realizada de 11 a 12 de Outubro e os debates sobre o seguinte: Desenvolvimento da Função Pública e Capacidade de Administração do Estado, o Projecto da Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Função Pública e da Administração e uma Estratégia a Longo Prazo sobre Governação em África e o Programa de Administração Pública, decide sobre o seguinte:

Sobre o Relatório do Presidente da 5ª Conferência Pan-africana de Ministros:

ENDOSSA o Relatório do Presidente e a Mesa da 5ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública e felicita a Mesa pela sua liderança na implementação da Declaração de Adis-Abeba.

NOTA COM APREÇO a participação proactiva das Organizações Regionais Africanas e dos Parceiros Internacionais de Desenvolvimento em resposta aos imperativos de implementação do programa dos Ministros;

CONFERE MANDATO ao Presidente da 6ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública, com o apoio firme da Mesa da Conferência de Ministros e com orientação dos órgãos políticos competentes da União Africana, para conduzir a implementação da decisão da Conferência, tal como reflectido nesta Declaração.

APELA a **CUA**, em consulta com a Mesa dos Ministros, para encorajar activamente a participação de instituições nacionais e regionais nas actividades do programa nas diferentes regiões do continente.

Sobre as questões relacionadas com o Desenvolvimento da Função Pública e à Capacidade Administrativa do Estado:

TOMA CONHECIMENTO da importância do desenvolvimento de uma perspectiva africana colectiva sobre o papel do Estado e as áreas dentro das quais há necessidade de aumentar a intervenção do desenvolvimento da capacidade.

TOMA NOTA AINDA do Documento da Sessão sobre o Desenvolvimento da Função Pública e a Capacidade Administrativa do Estado e realça a sua ligação à estratégia a longo prazo da Conferência de Ministros sobre Governança e Administração Pública.

ENCORAJA a **CUA** e outras Organizações parceiras internacionais africanas a desenvolverem actividades para o reforço de capacidade dos Estados africanos, através de uma aprendizagem activa, troca de conhecimentos e avaliação paritária entre os Estados-membros da União Africana,

Sobre as questões relacionadas com o Projecto da Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Função Pública e Administração:

SAÚDA com apreço o projecto de Carta que foi apresentado e reconhece as consultas extensivas e o trabalho que foi concluído sobre a Carta sob a liderança da Argélia.

ADOPTA o Projecto da Carta com as emendas para apresentação à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, sujeito a sua revisão e finalização pelos Peritos em Questões Jurídicas dos Estados-membros,

Sobre as Questões Relacionadas com a Estratégia a Longo Prazo sobre Governança Africana e Administração Pública:

TOMA NOTA do documento do Plano de Acção a Longo Prazo dos Ministros Africanos da Função Pública como base do trabalho futuro do programa de Ministros.

ENFATIZA a necessidade de se focalizar mais sobre os desafios imediatos e as preocupações que afectam os Estados-membros,

FINALMENTE,

SOLICITA os Estados-membros da União Africana a juntarem-se à comemoração anual do Dia da Função Pública Africana que se realiza no dia 23 de Junho.

TOMA NOTA da implementação bem sucedida do programa de distribuição de prémios e INSTA os Estados-membros a darem apoio à iniciativa .

AGRADECE o Presidente da Mesa da 5ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública pela sua contribuição e grande liderança sob a condução da África do Sul como Presidente, a Nigéria como vice-presidente, a Argélia como Segundo vice-presidente, o Burundi como Terceiro vice-presidente e a Tanzânia como Relator.

AGRADECE AINDA ao Governo e ao Povo da República da África do Sul por acolher a 6ª Conferência de Ministros da Função Pública.

CONFERE MANDATO a Mesa da 6ª Conferência dos Ministros para desenvolver um programa de financiamento fiável para as actividades da 6ª Conferência de Ministros.

ADOPTA esta Declaração para implementação.

2008

Relatório da Reunião dos Ministros Africanos da Função Pública

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3918>

Downloaded from African Union Common Repository